

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DESEMPENHADO PELAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA DAS MULHERES NO BRASIL

FEMALE REPRESENTATION IN POLICY: THE IMPORTANCE OF THE ROLE PLAYED BY PARTY ORGANIZATIONS FOR THE CONSOLIDATION OF WOMEN'S CITIZENSHIP IN BRAZIL

Bibiana Terra^I

Letícia Maria de Maia Resende^{II}

Ana Carolina de Faria Silvestre^{III}

^I Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil. Mestra em Direito. E-mail: bibianaterra@yahoo.com

^{II} Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil. Mestranda em Direito. E-mail: lemaia2003@yahoo.com.br

^{III} Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, MG, Brasil. Doutoranda em Ciências Jurídico-filosóficas. E-mail: bibianaterra@yahoo.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar a importância do papel desempenhado pelas organizações partidárias (partidos políticos) para a consolidação da cidadania feminina no Brasil. Diante disso, a temática do artigo se insere na questão da representatividade feminina na política, pois o trabalho parte da compreensão de que as desigualdades de gênero geram reflexos na baixa representação feminina na política, sendo essa uma realidade mundial, pois as mulheres continuam sendo marginalizadas e sub-representadas nos espaços decisórios institucionais. Nesse sentido, compreender o papel dos partidos políticos nessa relação das mulheres com a política e sua cidadania é fundamental. Assim, através da metodologia da pesquisa bibliográfica, o presente artigo busca compreender essa relação dos partidos políticos com a falta de representatividade feminina na política no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Sub-representatividade feminina. Cidadania. Paridade de Gênero. Política. Partidos políticos.

Abstract: This article aims to analyze the importance of the role played by party organizations (political parties) for the consolidation of female citizenship in Brazil. Therefore, the theme of the article is part of the issue of female representation in politics, as the work starts from the understanding that gender inequalities generate reflections on the low representation of women in politics, which is a global reality, as women continue to be marginalized and underrepresented in institutional decision-making spaces. In this sense, understanding the role of political parties in

DOI: <https://doi.org/10.33053/dialogus.v10i2.653>

Recebido em: 23.09.2021

Aceito em: 16.11.2021

Dialogus



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

this relationship between women and politics and their citizenship is fundamental. Thus, through the methodology of bibliographic research, this article seeks to understand this relationship between political parties and the lack of female representation in politics in the Brazilian context.

Keywords: Female underrepresentation. Citizenship. Gender Parity. Policy. Political parties.

1 Introdução

A representação democrática pode ser compreendida como um princípio, um valor e um direito das mulheres no mundo todo. As mulheres são parte fundamental na formação das democracias, e não apenas como indivíduos, mas enquanto coletivo, como grupo influente que se organiza na luta pelos seus direitos e liberdades. Nesse sentido, pode-se compreender que é essencial que elas participem de todas as áreas da vida pública e institucional, que elas estejam presentes na sociedade civil, nos processos eleitorais, bem como nos partidos políticos.

Diante disso, é importante destacar que a igualdade de gênero é um indicador democrático, possibilitando compreender se um sistema político é ou não igualitário. O gênero ganhou uma grande importância nas discussões políticas que vêm, cada vez mais, desenvolvendo novos mecanismos que questionam as desigualdades de gênero e que possibilitam que mais mulheres ocupem cargos eletivos ou por nomeação. Assim, as cotas podem ser compreendidas como um dos mecanismos mais importantes para a paridade de gênero na política.¹

Nas últimas décadas, importantes debates acerca da participação feminina na política têm sido desenvolvidos, inclusive havendo uma maior aceitação de propostas para uma democracia paritária – ou seja, repensar a representação a partir de conceitos tais como gênero e raça, pois a democracia é composta por homens e mulheres, brancos e negros, e todas essas pessoas têm o direito de estarem representadas de maneira igual dentro do sistema político.² Desse modo, abordar a paridade de gênero na política não consiste meramente em defender maiores cotas para mulheres e mulheres negras, mas sim uma ampla participação que considere a sua universalidade.

Partindo dessas compreensões, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do papel desempenhado pelas organizações partidárias (partidos políticos) para a consolidação da cidadania feminina no Brasil. Para a concretização do seu objetivo geral, essa pesquisa divide-se em três objetivos específicos, sendo que cada um deles corresponde a um tópico desse trabalho. Primeiramente, abordar a conquista dos direitos políticos das mulheres no contexto brasileiro; depois, analisar a questão da sub-representatividade das mulheres brasileiras

1 MATOS, Marli. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia [et al.] (Orgs.) Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 109.

2 MATOS, Marli. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia [et al.] (Orgs.) Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 109-110.

na política e as políticas de cotas existentes no sistema eleitoral brasileiro; e, por fim, apresentar uma análise da importância do papel desempenhado pelas organizações partidárias na plena consolidação da cidadania feminina no Brasil.

Para a sua realização o trabalho lança mão da metodologia analítica, com a técnica de revisão de literatura, “processo necessário para que se possa avaliar o que já se produziu sobre o assunto em pauta, situando-se, a partir daí, a contribuição que a pesquisa projetada pode dar ao conhecimento do objeto a ser pesquisado”.³ A partir da pesquisa bibliográfica, realiza-se um apanhado dos registros já disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores acerca do tema em questão, de modo que o presente trabalho busca contribuir para o avanço das discussões aqui propostas.

A questão da desigualdade de gênero com reflexos na baixa representação feminina na política é uma realidade mundial, pois as mulheres continuam sendo marginalizadas e sub-representadas nos espaços decisórios institucionais e, sendo assim, essa pesquisa justifica-se pela importância de trabalhos que discutam essa temática e que busquem compreender o papel dos partidos políticos nessa relação das mulheres com a política e sua plena cidadania, bem como para analisar as dificuldades da inserção feminina na arena política institucional brasileira.

2 As sufragistas e o direito ao voto das mulheres brasileiras

O direito de votar e de ser votada representou a primeira grande vitória das mulheres, no mundo todo, na luta pelo reconhecimento da sua cidadania, sendo esse, inclusive, o momento inicial em que as representantes dos movimentos feministas se organizaram na luta pelos seus direitos. Analisando historicamente, as mulheres brasileiras tiveram que lutar por mais ou menos três décadas até conquistarem efetivamente os seus direitos políticos.⁴

Nesse sentido, no que diz respeito ao contexto brasileiro, as discussões acerca dos direitos políticos das mulheres e da possibilidade de previsão do sufrágio feminino tiveram início nas reuniões da Primeira Assembleia Constituinte Republicana, que ocorreu entre 1890 e início de 1891. Composta apenas por homens, em um número de 247 constituintes, nos debates para a redação de uma nova Constituição a questão dos direitos eleitorais das mulheres estava em pauta.⁵

No entanto, o que ocorreu é que naquele momento as demandas pelos direitos políticos das mulheres brasileiras ainda contava com pouquíssimos apoiadores, o que impossibilitou a sua previsão no texto constitucional de 1891. Apesar das reivindicações das mulheres, prevaleceram

3 SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 100.

4 ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-63.

5 KARAWJCZYK, Mônica. Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais correio da manhã e a noite. Jundiá: Paco, 2019. p. 67.

argumentos que as subalternizavam e que reforçavam a sua suposta inferioridade, inclusive ressaltando que se as mulheres tivessem o direito de votarem aquilo seria a “ruína da família”.⁶

Sendo assim, apesar dessas discussões para aquele período terem sido bastante importantes – e, inclusive, a partir de então os seus debates serão cada vez mais impulsionados – o novo texto constitucional promulgado naquele ano somente determinava que seriam eleitores os cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos.⁷ Nesse sentido, pode-se compreender que a sua redação acabou por não deixar clara a situação política das mulheres brasileiras.

A Constituição da República, ao não proibir expressamente as mulheres brasileiras de votarem e, em contrapartida, não mencionar a sua possibilidade de participação, deixou um texto constitucional ambíguo em relação aos seus direitos políticos. Assim, a Carta Magna de 1891 não permitia o voto feminino e nem o proibia explicitamente.⁸

Apesar dessa decepção para as mulheres, a partir daquele momento a temática do sufrágio feminino no Brasil estava colocada em discussão pública. A partir de então, os caminhos para o reconhecimento das mulheres brasileiras como cidadãs e, conseqüentemente, a conquista dos mesmos direitos políticos que eram previstos para os homens foi um longo processo, tendo atravessado décadas.⁹

Elas passaram a argumentar que a mera diferença de sexo não poderia ser uma justificativa para a sua exclusão dos espaços políticos e da sua cidadania.¹⁰ As brasileiras, representas pelos movimentos feministas e sufragistas daquele período, passaram a fazer requerimentos para o seu alistamento como eleitoras.

Elas baseavam seus argumentos na letra da lei, ressaltando que a Constituição Republicana não havia incluído as mulheres no seu rol das pessoas que não podiam se alistar e, assim, elas estavam aptas a exercerem os seus direitos políticos. Apesar disso e do avanço dos movimentos sufragistas no Brasil, grande parcela da população ainda era contrária a possibilidade de as mulheres votarem e serem votadas, argumentando contrariamente ao voto feminino.¹¹

Aqui cabe destacar que o movimento sufragista no Brasil passou a ser organizado principalmente através da professora Leolinda Daltro, que promovia diversos debates e defendia a constitucionalidade do voto para as mulheres. Ela marcou a história dos direitos das mulheres

6 LUZ, Cicero Krupp da. SIMÕES, Bárbara Helena. “Sim, elas podem!”: Os avanços e entraves na representatividade política como empoderamento feminino no Brasil e na Índia. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc.*, Canoas, v.4, n.2, p. 69-89, nov. 2016. p. 75-76.

7 KARAWJCZYK, Mônica. Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais *correio da manhã* e *a noite*. Jundiá: Paco, 2019. p. 67-68.

8 LUZ, Cicero Krupp da. SIMÕES, Bárbara Helena. “Sim, elas podem!”: Os avanços e entraves na representatividade política como empoderamento feminino no Brasil e na Índia. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc.*, Canoas, v.4, n.2, p. 69-89, nov. 2016. p. 76.

9 AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001. p. 16-17.

10 AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001. p. 16-17.

11 ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 55.

brasileiras ao fundar, em 1910, o PRF – Partido Republicando Feminino – a primeira organização sufragista do país.¹²

Apesar de seus intensos esforços, que foram importantes para o avanço do debate político e da cidadania feminina, o PRF não durou muito tempo, tendo logo sido encerrado. A partir de então, um novo nome irá se destacar no movimento sufragista brasileiro, que é o de Bertha Lutz. Ela criou em 1919 a LEIM – Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher – que no ano de 1922 se tornaria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e levaria adiante as reivindicações sufragistas até o ano de sua conquista.¹³

O grande avanço dos direitos políticos das mulheres brasileiras veio no ano de 1927, com o governo de Juvenal Lamartine, governador do estado do Rio Grande do Norte. Aliado de Bertha Lutz, ele solicitou de seus apoiadores na Assembleia Legislativa que fosse aprovado um projeto que previa a possibilidade do voto feminino.¹⁴ Assim, ele fez incluir na Constituição Estadual que no Rio Grande do Norte poderiam votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunissem as condições exigidas pela lei.¹⁵

No entanto, no que diz respeito ao âmbito federal, a conquista das sufragistas só viria na década de 1930. As mulheres brasileiras conquistaram os seus direitos de votar e serem votadas no ano de 1932, através do Decreto nº 21.076 do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que, enquanto chefe de governo, instituiu o primeiro código eleitoral brasileiro. A sua redação previa que seria eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do Código.¹⁶

Sendo assim, pode-se compreender que as mulheres brasileiras finalmente conquistaram os seus direitos políticos, que em 1932 era apenas para as mulheres casadas com autorização de seus maridos e as solteiras ou viúvas que tivessem renda própria; e, posteriormente, em 1934, para todas as mulheres sem restrições.¹⁷ Essa conquista do sufrágio universal foi um grande avanço para as brasileiras e à conquista da cidadania feminina, tendo ampliado a igualdade entre homens e mulheres.

Desde então, a inserção das mulheres na esfera política teve diversos avanços, sendo que elas compõem mais da metade das votantes. No entanto, ainda que hoje em dia elas sejam, no contexto brasileiro, a maioria do seu eleitorado – sendo que, conforme dados divulgados pelo

12 ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 95.

13 ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 104.

14 PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 24.

15 ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 59.

16 MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. 2ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. p. 137.

17 MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 106.

site do Tribunal Superior Eleitoral¹⁸, 52% do eleitorado brasileiro é formado por mulheres – elas ainda possuem uma representação política muito pequena se comparada a dos homens.

Nesse sentido, desde a efetiva conquista do voto feminino pelas mulheres brasileiras, no ano de 1932, até hoje, o Brasil já editou e aprovou legislações de cotas de gênero (sendo que a primeira delas surgiu em 1995, conforme será abordado no próximo tópico), dentre outras medidas com aspectos de gênero. Apesar disso, o cenário político sofreu poucas alterações, sendo que as eleições de 2018 resultaram na maior bancada feminina já composta na história da democracia brasileira, em que se conseguiu eleger 77 mulheres – no entanto, embora seja um avanço, em termos numéricos representa apenas 15% das vagas.¹⁹

São diversos os fatores que obstaculizam a participação feminina na política, sendo que os padrões e as socializações diferenciadas de gênero, bem como a construção da política como sendo uma esfera masculina, intimidam as mulheres a participarem da política. Dessa maneira, é preciso compreender que não basta que as barreiras formais à sua inclusão sejam eliminadas (como a previsão do direito de votar e ser votada), sendo “necessário incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, ‘empurrá-los’ para dentro, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios”.²⁰ Nesse contexto, o sistema de cotas e os partidos políticos possuem um papel fundamental.

3 A sub-representatividade política das mulheres brasileiras e o sistema de cotas no Brasil

As conquistas dos direitos femininos, uma vez que as mulheres por muitos anos foram encaradas como *cidadãs de segunda classe*, conforme já mencionado, se deram pouco a pouco, inclusive com diversos fracassos pelo caminho. De maneira idêntica se deu a ampliação dos limites preestabelecidos para a atuação do público feminino, assim como a sua inserção no ambiente político institucional, podendo as mulheres aos poucos participarem²¹ formalmente da atividade legiferante e da tomada de decisões políticas afetas a todo o tecido social.

Após a conquista e consequente reconhecimento em todo o território nacional, em 1932, da capacidade eleitoral feminina tanto passiva quanto ativa, mais mulheres conseguiram se incluir na esfera formal da política institucional. Entretanto, o mero reconhecimento legal dos direitos políticos femininos não significou uma imediata igualdade política nem foi suficiente

18 Esses dados podem ser conferidos em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> Acesso em: 01 dez. 2021.

19 SANTOS, Polianna Pereira dos. PORCARO, Nicole Gondim. A importância da igualdade de gênero e dos instrumentos para a sua efetivação na democracia: análise sobre o financiamento e representação feminina no Brasil. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (Coord.). Constitucionalismo feminista: expressão das políticas públicas voltadas a igualdade de gênero. Salvador: Editora JusPodivm, 2020. p. 285-287.

20 MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 94.

21 BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. v.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p.888.

para alterar a composição dos quadros deliberativo-institucionais.²² O sistema político, assim como a sociedade em si, reflete e reproduz aspectos da cultura patriarcal que fundamenta a organização do Estado brasileiro, inclusive com traços sexistas próprios do espaço político, historicamente desenvolvido como de, por homens e para homens.²³

Levando-se em conta os moldes estruturais da sociedade brasileira, depreende-se que a baixa representação feminina nas casas legislativas não pode “ser atribuída como responsabilidade única das mulheres, como se elas não tivessem interesse ou disposição para o exercício de funções públicas, de poder e de decisão”.²⁴ A sub-representatividade de gênero é um problema multicausal, com motivações profundas resultantes de um longo período de marginalização das mulheres,²⁵ de forma que a adoção de mecanismos afirmativos significativamente transformadores se faz necessária em prol de mudanças efetivas.

Desde 1988, quando da promulgação da Constituição da República então vigente, o Brasil vem editando instrumentos normativos com a pretensão de impulsionar a participação do gênero feminino na política formal do país. Frente a isso, merece destaque a Lei nº 9.100, promulgada em setembro de 1995, que estabeleceu o uso de ações afirmativas no formato de cotas de gênero²⁶ ao implementar, pela primeira vez a nível nacional, cotas de candidaturas para mulheres nas eleições municipais de 1996.

Desse modo, e com a noção de discriminação positiva e ação afirmativa em mente, estrutura semelhante foi adotada pelo sistema eleitoral brasileiro com a pretensão de rápida diminuição das defasagens de gênero na participação do poder político. Trata-se do Projeto de Lei nº 180, transformado na Lei Ordinária nº 9.100, promulgada e publicada em 29 de setembro de 1995 e que, conhecida como Lei de Cotas, constituiu o primeiro mecanismo legal adotado no país que impactou o debate público e reposicionou conflitos²⁷ a fim de estimular a inserção de mulheres na arena política.

Esse foi o primeiro passo efetivamente dado na esfera normativa em prol da promoção da igualdade de gênero na seara política do país, o qual ainda estava sob influência do compromisso assumido perante os 189 países da comunidade internacional presentes durante a IV *Conferência sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz*, realizada em Beijing no ano de 1995 pela Organização das

22 PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. p.264-309. In: História da cidadania. Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (org.). 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.297.

23 DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva. O segundo sexo da política: o papel do Direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira. Maceió: EDUFAL, 2011. p.42.

24 DULTRA, Eneida Vinhares Bello. Participação no Legislativo, democracia e feminismo. p.163-169. In: Introdução crítica ao direito das mulheres. Organizadores José Geraldo de Sousa Júnior, Bistra Stefanova Apostolova, Livia Guimarães Fonseca. Brasília: CEAD, FUB, 2011. p.167.

25 MATOS, Beatriz Pereira de; CARVALHO, Érica Rios de. A sub-representação feminina na Câmara federal (1991-2019): uma discussão sobre a efetividade do princípio da igualdade. p.3.

26 BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

27 BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. p.135-187. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. São Paulo: Boitempo, 2020. p.143.

Nações Unidas. A partir de então, mudanças substanciais foram realizadas na legislação brasileira, em especial para que mais mulheres fossem inseridas e compusessem os quadros dos cargos eletivos do Poder Legislativo e Executivo, propiciando-se, assim, mais participação feminina nos altos cargos do governo como fortalecimento do regime democrático.

Conhecida como Lei de Cotas, a Lei nº 9.100 foi tida como um instrumento de fomento²⁸ à inclusão feminina no contexto institucional da política brasileira, uma vez que estabeleceu o percentual mínimo de 20% dos quadros internos dos partidos políticos para reserva específica *para as mulheres*. No entanto, dada a limitação interpretativa de *sexo* e *gênero feminino*, bem como a restrição territorial, haja vista o estabelecimento de tais cotas apenas para as eleições municipais, e a omissão legal quanto ao descumprimento das cotas pelos partidos políticos, alterações foram demandadas a fim de ampliar o uso da ação afirmativa e, consequentemente, garantir-lhes mais efetividade.

Com o propósito de se modificar a composição das elites políticas existentes que monopolizam as questões da arena institucional a partir de perspectivas limitadas,²⁹ as cotas de candidaturas de gênero foram estendidas às esferas estadual e federal. Assim, com o escopo de se atingir a plena igualdade material entre mulheres e homens quanto ao exercício dos direitos políticos, o país assistiu às alterações sofridas pela Lei nº 9.100 em decorrência da Lei nº 9.504, de 1997, e da Lei nº 12.034, de 2009, responsáveis pela ampliação do foro territorial e pelo aperfeiçoamento das cotas de candidaturas.

A Lei nº 9.504 estendeu a previsão das cotas para as eleições gerais e aumentou o percentual mínimo de 20 para 30% do número de vagas para as representantes do gênero feminino, compreendido historicamente como o gênero minoritário quando da atuação nos espaços político-deliberativos. A Lei das Eleições consolidou as cotas de maneira permanente ao trazer em sua redação a fixação do mínimo de 30% e máximo de 70% das vagas para qualquer um dos sexos,³⁰ a partir das eleições de 1998, sendo o percentual aplicado inicial e transitoriamente de 25%, passando a 30% no pleito de 2000.

Todavia, apesar da ampliação das cotas, agora aplicáveis aos cargos proporcionais, a Lei nº 9.504 também aumentou a porcentagem de candidaturas, afirmando que os partidos políticos poderiam registrar candidatos até 150% do número de vagas a serem preenchidas, podendo as coligações registrarem candidaturas até o dobro das vagas em disputa. Desse modo, em virtude de sua redação³¹ prever que cada partido ou coligação *deveria reservar* o mínimo de candidaturas para cada sexo,³² mas não estabelecer punição em caso de descumprimento, novas alterações

28 BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. p.135-187. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p.143.

29 PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? p.268-290. In: Estudos feministas. a.9, 2001. p.286.

30 GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sonia Malheiros. Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. In: Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

31 BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. 1997.

32 CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

foram acarretadas em prol da efetividade das medidas então adotadas e manutenção da higidez do sistema partidário-eleitoral.

Nesse sentido, foi promulgada em 2009 a Lei nº 12.034, a qual firmou a necessidade de as associações partidárias reservarem e, principalmente, preencherem os percentuais fixados legalmente. Isso serviu para “dirimir eventuais escusas dos partidos e coligações que apenas reservassem vagas às candidatas”,³³ uma vez que as cotas, do modo como vinham sendo aplicadas, não estavam sendo imediatamente eficazes na inserção do grupo feminino, historicamente alijado da esfera política.

Houve, ainda, a promulgação de instrumentos normativos como a Lei nº 13.165 de 2015, destinada a, dentre outras coisas, incentivar a participação feminina no processo eleitoral³⁴ estabelecendo patamares de “no mínimo 5% e no máximo 15% do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas” nas três eleições subsequentes. Acerca disso, aliás, vale mencionar as Leis nº 13.487 e 13.488, ambas de 2017, relacionadas ao financiamento das campanhas eleitorais e responsáveis pela instituição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral.

Apesar das mudanças normativas estabelecidas nesse meio tempo, a composição das casas legislativas Brasil afora não sofreu tanta diferença. Isso porque os quadros continuam majoritariamente dominados pelo gênero masculino, de modo que os debates perpetuam a perspectiva masculina. Os baixos números de mulheres que ocupam cargos eletivos demonstram que o problema da sub-representação de gênero se mantém, mesmo após mais de 25 anos de implantação das cotas de candidaturas no país. Isto é, a sub-representatividade das mulheres, compreendida como um reflexo da própria divisão sexual do trabalho,³⁵ não foi solucionada no Brasil por meio das medidas institucionais de incentivo à participação das mulheres na política.

A situação problemática torna-se manifesta quando da análise do *ranking* mundial de participação das mulheres nos parlamentos, elaborado pela *Inter-Parliamentary Union* (IPU) em parceria com a ONU Mulheres. Dentre os 189 países analisados no ano de 2021, o Brasil se encontra na 142ª posição.³⁶ Nesse sentido, pode-se compreender que as ações afirmativas no

Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 jul. 2021.

33 GORTARI, Amanda dos Santos. A podridão da candidatura laranja: ponderações acerca da participação feminina nas eleições brasileiras. p.32-49. In: Estudos Eleitorais. Brasília – DF: TSE, v.14, n.1, 2020. p.39.

34 BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm. Acesso em: 04 ago. 2021.

35 TERRA, Bibiana; RESENDE, Letícia Maria de Maia. Mulheres e Democracia: o papel das organizações partidárias na plena consolidação da cidadania feminina. In: I CONGRESSO CRIM/UFGM: Gênero, feminismo e violência, 2021, Belo Horizonte. I CONGRESSO CRIM/UFGM - MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA. Belo Horizonte: UFGM, 2021. p. 12-19.

36 IPU. Women in Politics: 2021. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>. Acesso em: 16 ago. 2021.

formato de cotas de candidaturas não têm resolvido o problema da sub-representação feminina da maneira como se espera, posto que não houve expressiva alteração dos quadros legislativos e o maior índice de representantes mulheres eleitas no Congresso Nacional ainda não ultrapassou a marca de 16%.³⁷

4 O papel desempenhado pelos partidos políticos para a representação das mulheres e a consolidação da cidadania feminina

O sistema eleitoral do Brasil, que tem a filiação partidária como um dos requisitos de elegibilidade expostos no artigo 14, §3º, V, da Constituição da República,³⁸ se organiza a partir da adoção da representação proporcional e do tipo de lista aberta. Isso indica que candidaturas independentes são inaceitáveis, de modo que todas as pessoas que desejam competir por cargos eletivos devem estar vinculadas a partidos políticos, cabendo a estes certas tarefas, como o lançamento da candidatura, o financiamento e a divulgação da campanha, dentre outras.

Além disso, considerando a lista aberta assumida pelo país, os eleitores brasileiros votam em seus candidatos específicos, e não em bloco, situação da qual se depreende que grande parte do poder está acumulado nas mãos dos partidos políticos, estas instituições que infelizmente não têm contribuído de maneira significativa para estimular a intensa participação feminina no cenário político nacional.

Em razão disso, os partidos políticos frequentemente instrumentalizam seus candidatos de menor potencial, mulheres na maioria das vezes (e, principalmente, mulheres negras, transexuais, indígenas, dentre outras), em detrimento daqueles mais populares e que apresentam maior probabilidade de alcançarem os almejados cargos – em sua larga maioria, homens brancos e de melhores classes sociais. Assim, levando-se em conta que tais organizações partidárias não

37 A atual legislatura da Câmara dos Deputados conta com 77 mulheres, o que representa apenas 15% da casa legislativa. Para o Senado, foram eleitas 13 senadoras no último pleito, que correspondem a 16,04% do total. As mulheres são 15,39% do universo dos deputados estaduais/distritais e ocupam somente 16% das cadeiras das Câmaras Municipais Brasil afora.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no País. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SENADO FEDERAL. Senadores em exercício. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Eleições 2018 – Assembleias Legislativas estaduais e Câmara Legislativa do DF – Eleitos. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/eleicoes2018_Eleitos_ACL_UFSexo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

38 Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: [...] § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: I - a nacionalidade brasileira; II - o pleno exercício dos direitos políticos; III - o alistamento eleitoral; IV - o domicílio eleitoral na circunscrição; V - a filiação partidária; VI - a idade mínima de: [...]. In: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 dez. 2021.

se empenham na efetiva inserção e aprimoramento da participação das mulheres como sujeitos políticos ativos, a situação feminina marginalizada se assevera.³⁹

As mulheres tendem a enfrentar mais dificuldades na competição eleitoral⁴⁰, que se dá tanto inter quanto intrapartidária, uma vez que raramente são incluídas nas mesas de decisão, por exemplo, além de serem prejudicadas pela desigualdade de financiamento das campanhas masculinas e femininas e, até mesmo, tornarem-se vítimas de assédio moral e sexual nesses ambientes que, muitas vezes, reproduzem preconceitos ao não verem o gênero feminino como apto a ocupar lugares antes desautorizados.⁴¹

Desse modo, é fundamental que os partidos políticos mudem sua postura frente à inserção participativa das mulheres, uma vez que desempenham papel instrumental basilar na colocação dos candidatos na arena política institucional. Essa mudança de comportamento deve ocorrer em prol da construção de um ambiente mais pluralizado a fim de que tanto homens quanto mulheres tenham condições materialmente iguais de competição e consequente eleição, fazendo com que a política institucional brasileira também se torne mais incluyente a partir da significativa colocação de grupos sociais minoritários, tradicionalmente alijados de determinados espaços da sociedade.

Considerando a assimetria no tocante à participação de gênero na política brasileira institucional e a influência da permanência de mecanismos tradicionais nas estruturas partidárias, as quais, ainda, interferem nas condições de acesso das mulheres ao poder político, é necessário que os partidos políticos se desenvolvam como instâncias de ruptura da resistência consolidada.

É necessário também que tais partidos promovam plataformas eleitorais e criem departamentos internos que se envolvam ativamente na experiência partidária das mulheres, fazendo com que o grau de participação feminina se amplie em prol da emancipação feminina. Essa alteração de quadro resultaria em contribuições a partir de propostas concretas de mudanças, advindas da inclusão de diferentes pontos de vista e objetivos correlatos às reivindicações femininas.⁴²

Nesse sentido, as cotas de gênero, já abordadas no tópico anterior do trabalho, aparecem como mecanismo de inclusão de mulheres em defesa da paridade de gênero. No Brasil, antes mesmo de as cotas de candidaturas serem implementadas legalmente, por meio das Leis nº 9.100/1995 e 9.504/1997, registrou-se a adoção de ações afirmativas para maior presença de

39 SOUZA, Cristiane Aquino de. A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil. p. 246- 268. Revista Novos estudos jurídicos. v.21, n.1, 2016. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/8766> Acesso em 01 dez. 2021. p. 263.

40 SOUZA, Cristiane Aquino de. A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil. p. 246- 268. Revista Novos estudos jurídicos. v.21, n.1, 2016. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/8766> Acesso em 01 dez. 2021. p. 263.

41 PANKE, Luciana. Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências. Curitiba: Editora UFPR, 2016. p. 57.

42 TABAK, Fanny. A mulher brasileira no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 1989. p. 53.

mulheres nas instâncias diretivas internas dos partidos, onde as mulheres, apesar de serem 45% das pessoas filiadas, têm pouco poder de decisão.

Diante disso, dados do TSE apontam que as mulheres ocupam apenas 21% dos cargos dirigentes de partidos.⁴³ A primeira experiência desse tipo se deu no ano de 1991, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) estabeleceu cotas mínimas em seus organismos de direção, como Diretório Nacional e Comissão Executiva, para incentivar a inclusão de mulheres em seu corpo partidário.

A medida foi motivada pela significativa presença de mulheres no mercado de trabalho e em movimentos sociais à época, além do alto nível de escolaridade da classe feminina e da crescente composição de mulheres no eleitorado brasileiro. Diante dessa perspectiva, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT defendeu a implementação das cotas ao afirmar que, “à medida que se afunilavam os graus de hierarquia das direções (municipais, estaduais e nacional), a proporção de mulheres diminuía”.⁴⁴

O uso de tais mecanismos foi aprovado no decorrer do Primeiro Congresso do PT, realizado entre 27 de novembro e 01 de dezembro de 1991, em que restou ajustado o percentual mínimo de 30% para mulheres nas direções partidárias. A renovação das direções aconteceu de fato em 1992 e 1993.⁴⁵ Assim, deve-se levar em conta o papel fundamental desempenhado pelos partidos políticos.

Ainda, destaca-se a necessidade de que cursos de capacitação eleitoral sejam ministrados para as candidatas em prol do fomento de criação de lideranças femininas⁴⁶, a fim de que estas se preparem da melhor forma possível para o violento campo político do Parlamento brasileiro, e que também as campanhas sejam igualmente divulgadas e financiadas, de modo que os candidatos tenham uma real chance de elegerem-se, proibindo-se a instrumentalização de mulheres a partir das candidaturas fictícias, por exemplo, as quais imputam responsabilidade legal aos partidos, mas que ainda ocorrem de maneira frequente.

Percebe-se, destarte, que a noção de cidadania universal é uma falácia, visto que reforça a noção de uma sociedade homogênea e igualmente fruída por todas as pessoas, o que não condiz com a realidade.⁴⁷ Além de o tecido social ser profundamente marcado por interseccionalidades de classe, raça e gênero, dentre outras, o mero reconhecimento legal dos direitos políticos da

43 Mais informações sobre esses dados podem ser encontradas no site do TSE e estão disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>. Acesso em: 01 dez. 2021.

44 GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. p.148-157. Estudos feministas. ano 4, n.1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16664/15233> Acesso em: 01 dez. 2021. p. 151.

45 GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. p.148-157. Estudos feministas. ano 4, n.1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16664/15233> Acesso em: 01 dez. 2021. p. 149.

46 TABAK, Fanny. Mulheres públicas: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002. p. 244.

47 AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. 2.ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. Editora da UNESP, 2001. p. 26.

classe feminina não foi suficiente para acarretar mudanças consideráveis no quadro formal da política do país.

Desse modo, tendo-se em vista a forma organizativa adotada pelo Brasil quanto ao sistema eleitoral, é inevitável concluir que os partidos políticos têm grande responsabilidade na construção da democracia. E mais, têm papel fundamental na democratização da democracia brasileira a partir da “inclusão de ‘minorias’ e de diferentes diferenças (multipertencimentos e multi-identidades) no atual jogo político-democrático”⁴⁸, dada a multidimensionalidade que perpassa o conceito de cidadania no mundo contemporâneo.

5 Considerações finais

Embora importantes avanços tenham ocorrido nos últimos anos, as mulheres brasileiras, conforme foi analisado no presente artigo, continuam com uma baixa representação política e em espaços de poder, sendo que dentro dos espaços institucionais ainda não ocorreram mudanças significativas acerca da sua participação.

Nesse cenário, é importante destacar que uma maior presença das mulheres na política é fundamental à consolidação de um Estado Democrático de Direito, mas que, embora grande parte do mundo já tenha essa compreensão, o Brasil permanece como um dos países com o menor índice de representação feminina na política.

Diante do contexto da baixa proporção de mulheres nos espaços decisórios da arena política institucional, pode-se compreender que existe um reflexo da divisão sexual do trabalho, consolidada pela forma como as responsabilidades sobre o trabalho remunerado e não remunerado são divididas, além dos espaços tradicionalmente ocupados.

Em razão disso, a dicotomia dos espaços públicos e privados se reforça a ponto de o caminho de acesso das mulheres aos ambientes formais de construção da democracia ser obstaculizado. Nesse contexto, o comportamento das organizações partidárias desempenha papel demasiado importante para que a sub-representação feminina se mantenha como um problema e para que, assim, a sua plena cidadania não seja alcançada.

Dessa maneira, levando-se em conta a desmedida influência dos partidos políticos na construção da democracia no país, o que a pesquisa procurou demonstrar é que é essencial que estas organizações partidárias se sensibilizem e promovam ações no sentido de se atingir a paridade de gênero na política institucional brasileira. É indispensável que os percentuais mínimos legalmente previstos para candidaturas femininas sejam cumpridos efetivamente e que não sejam encarados como teto. Também, se releva importante que os partidos organizem cursos de educação e formação política às candidatas de modo que suas candidaturas sejam de fato

48 MATOS, Marlise. Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusivas. Mimeo, 2009. p. 02.

apoiadas para o desenvolvimento de suas potencialidades, e não meramente instrumentalizadas para cumprimento das cotas legais.

Referências

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. 2.ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. Editora da UNESP, 2001.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. p.135-187. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. v.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação informatizada – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no País. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Eleições 2018 – Assembleias Legislativas estaduais e Câmara Legislativa do DF – Eleitos. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/eleicoes2018_Eleitos_ACL_UFSexo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva. O segundo sexo da política: o papel do Direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira. Maceió: EDUFAL, 2011.

DULTRA, Eneida Vinhares Bello. Participação no Legislativo, democracia e feminismo. p.163-169. In: Introdução crítica ao direito das mulheres. Organizadores José Geraldo de Sousa Júnior, Bistra Stefanova Apostolova, Livia Guimarães Fonseca. Brasília: CEAD, FUB, 2011.

GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. p.148-157. Estudos feministas. ano 4, n.1, 1996.

GORTARI, Amanda dos Santos. A podridão da candidatura laranja: ponderações acerca da participação feminina nas eleições brasileiras. p.32-49. In: Estudos Eleitorais. Brasília – DF: TSE, v.14, n.1, 2020.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. In: Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

IPU. Women in Politics: 2021. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>. Acesso em 16 ago. 2021.

KARAWEJCZYK, Mônica. Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais correio da manhã e a noite. Jundiá: Paco, 2019.

LUZ, Cicero Krupp da. SIMÕES, Bárbara Helena. “Sim, elas podem!”: Os avanços e entraves na representatividade política como empoderamento feminino no Brasil e na Índia. *Redes: R. Eletr. Dir. Soc.*, Canoas, v.4, n.2, p. 69-89, nov. 2016.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. 2ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MATOS, Beatriz Pereira de; CARVALHO, Érica Rios de. A sub-representação feminina na Câmara federal (1991-2019): uma discussão sobre a efetividade do princípio da igualdade.

MATOS, Marlise. Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusivas. Mimeo, 2009.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia [et al.] (Orgs.) Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PANKE, Luciana. Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

-
- PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? p.268-290. In: Estudos feministas. a.9, 2001.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. p.264-309. In: História da cidadania. Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (org.). 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SANTOS, Polianna Pereira dos. PORCARO, Nicole Gondim. A importância da igualdade de gênero e dos instrumentos para a sua efetivação na democracia: análise sobre o financiamento e representação feminina no Brasil. In: SILVA, Christine Oliveira Peter da; BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; FACHIN, Melina Girardi (Coord.). Constitucionalismo feminista: expressão das políticas públicas voltadas a igualdade de gênero. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
- SENADO FEDERAL. Senadores em exercício. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>. Acesso em 10 ago. 2021.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- SOUZA, Cristiane Aquino de. A eficácia das cotas eleitorais na Argentina e no Brasil. p. 246-268. Revista Novos estudos jurídicos. v.21, n.1, 2016.
- TABAK, Fanny. A mulher brasileira no Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 1989.
- TABAK, Fanny. Mulheres públicas: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- TERRA, Bibiana; RESENDE, Letícia Maria de Maia. Mulheres e Democracia: o papel das organizações partidárias na plena consolidação da cidadania feminina. In: I CONGRESSO CRIM/UFGM: Gênero, feminismo e violência, 2021, Belo Horizonte. I CONGRESSO CRIM/UFGM - MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA. Belo Horizonte: UFGM, 2021. p. 12-19.
- TSE. Estatísticas de filiados a partidos revela baixa participação feminina e de jovens na política. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>. Acesso em: 01 dez. 2021.